



REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA / PORTUGAL

Apelo para uma Ética e um consenso alargado para o combate à pobreza Um novo contrato social?

Introdução

No próximo dia 20 de Fevereiro os portugueses estão, uma vez mais, convocados para escolherem um Parlamento Nacional e o XVII Governo Constitucional para Portugal.

Entendendo que vivemos um período particularmente difícil, procurámos que as nossas propostas neste momento se revestissem de um carácter especial. **Pensamos que, no actual momento, se torna primeiramente fundamental falar de valores.** Torna-se imperioso que, para que as políticas possam ser de facto consequentes, as mesmas devam ser enformadas por valores à altura dos problemas que tentam enfrentar. É chegado o momento de colocar a questão do combate à pobreza a este nível. **A decisão de pôr em campo estratégias de combate à pobreza deve assim significar a adesão e a defesa de um conjunto de valores.** Tais valores devem estar acima de todos os interesses, sejam eles pessoais, políticos, partidários ou quaisquer outros.

O combate à pobreza tem que estar revestido de uma ética específica. É chegado o momento de, de uma forma partilhada, procurando um consenso alargado e máximos denominadores comuns (que deverão ir muito para além das orientações ideológico-partidárias), Portugal definir uma política de erradicação da pobreza, "despartidarizando" esta acção e revestindo a mesma de um conjunto de princípios éticos capazes de criar uma plataforma de entendimento congregando partidos, parceiros sociais, sociedade civil e todos os cidadãos portugueses. **Só assim a erradicação da pobreza se pode verdadeiramente transformar num desígnio e numa causa nacional, condição fundamental para a sua verdadeira erradicação.**

É importante começar por ver a pobreza como negação de determinados padrões de ética e a injustiça que a mesma comporta. Neste sentido, **propomos uma ética humanista**, uma ética que se fundamenta na dignidade da pessoa e que entende que **as pessoas, mesmo quando vítimas de pobreza e de exclusão social, continuam a ser pessoas com direitos e deveres, com uma dignidade própria que deve ser respeitada e assegurada.**

Hoje é já tempo de encararmos tal tarefa como uma responsabilidade de todos. Temos que reconhecer que todos somos causa de pobreza e possibilidade de erradicação do fenómeno. A erradicação deste problema passa pela reorganização das nossas sociedades de tal forma que as pessoas se possam sentir membros de facto e parte activa das mesmas.

Valores que a erradicação da pobreza exige

1. **A Justiça** como fundamento: a declaração dos direitos humanos, assinada em 1948, está ainda por concretizar. Importa entender que a cada direito que um homem ou mulher tem acesso (e importa acima de tudo assegurar), corresponde o dever de respeitar o mesmo direito perante os demais cidadãos. Só haverá justiça quando direitos e deveres forem uma constante na vida de todos os homens e mulheres. Pobreza é, acima de tudo, ausência de Justiça.
2. **A Igualdade** como regra de convivência: todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos e tal facto faz com que não possa existir qualquer forma de discriminação entre seres humanos. No entanto, tal afirmação não passa de uma mera declaração tendo em consideração todas as desigualdades a que assistimos e nas quais participamos (e estas não nos remetem apenas para o campo da pobreza e da riqueza). A desigualdade compromete qualquer valor ético fundamental e sobretudo quando nos propomos combater e erradicar a pobreza. Assim, é fundamental reafirmar o princípio da igualdade como fundamento ético para a erradicação da pobreza.
3. **A Partilha como expressão da solidariedade:** não basta afirmar que se é solidário e agir em conformidade apenas quando acontece uma tragédia, uma guerra, uma tempestade ou um incêndio. A partilha deve ser uma atitude permanente (sobretudo e perante os que mais sofrem). A partilha, enquanto expressão de solidariedade, não se deve referir exclusivamente à redistribuição da riqueza material (embora esta seja essencial) mas também a outros bens fundamentais como a palavra, a convivência e os conhecimentos. A participação activa de todos os cidadãos só se poderá consolidar através da partilha destes elementos fundamentais para as relações humanas.
4. **A proximidade** como forma de **ser humano:** sem encararmos o ser humano como nosso semelhante, de forma fraterna, independentemente do local e da situação em que se encontra, independentemente de género, cor da pele, religião, dificilmente

poderemos perceber o verdadeiro significado da pobreza e da desigualdade que a mesma comporta.

Sem estes valores éticos básicos, aos quais convém acrescentar a verdade, o belo, a liberdade, as relações humanas estão seriamente comprometidas - como objectivamente acontece actualmente (e não nos faltam exemplos) - e não haverá qualquer hipótese de enfrentar, de uma forma real e eficaz, as situações de pobreza. **É imprescindível, quotidianamente, fazer nossos os problemas dos outros porque, e definitivamente, a pobreza não é um problema individual e não existem inocentes.**

Para uma nova cultura social no sentido de um reformulado bem-comum

Partindo dos valores propostos, a nossa mensagem é que a luta contra a pobreza seja transformada numa "arte pública", ou seja, um novo projecto de cidadania, um novo contrato social, reencontrando diálogos perdidos, com novos espaços de relação. Uma tarefa colectiva contando com a participação de todos, entendendo a erradicação da pobreza como um objectivo prioritário e quotidiano para todos os cidadãos: concretizar o sentimento profundo de permitir que o impossível aconteça: realizar o bem-comum, dignificando e salvando a pessoa humana.

Esta nova cultura deverá ter por base:

- **A cultura da igualdade** é fundamental para assegurar que cada homem e cada mulher sejam considerados de facto cidadãos e cidadãs de pleno direito. É assim urgente educar todos os portugueses desde os primeiros momentos de aprendizagem e socialização para uma cultura da não discriminação, da não violência, para a afirmação dos direitos e deveres de cada um, para os valores da tolerância, da convivência, do diálogo, da diversidade e, sobretudo, para uma solidariedade activa perante as possíveis difíceis situações de uns face a outros;
- **Uma cultura de sensibilidade** para com os mais pobres para que cada pessoa sinta que **as carências económicas, culturais ou sociais são um problema de todos os cidadãos e que cada um tem de se sentir responsável pela solução a encontrar.** É importante estender o conceito da responsabilidade social a todos os cidadãos independentemente dos papéis que cada um assume na sociedade. Esta sensibilidade deve ser provocada e deverá constituir um forte instrumento de trabalho quotidiano para todos. Se é possível mobilizar os cidadãos portugueses para outro tipo de causas nacionais, bem mais perenes e menos relevantes, é seguramente possível mobilizá-los para um problema de tão grave dimensão e que, mais directa ou indirectamente, a todos diz respeito;

- **Uma cultura de subsidiariedade** em ordem ao bem comum deve tornar-se numa constante e numa premissa de acção entendendo que os que estão mais próximos são os que melhor podem entender a gravidade dos problemas e as respostas a pôr em marcha, **privilegiando os que directamente experienciam os problemas**. A este nível é ainda fundamental deixar de responsabilizar permanente o Estado descartando-se e alheando-se dos problemas. Bem ao contrário, é antes essencial que cada um e todos colectivamente, particularmente os que estão mais próximos, esgotem todos os meios possíveis ao seu alcance para que, então, e só posteriormente, se complemente a sua acção a outros níveis;
- **Uma cultura de integralidade**: se é claro que a pobreza é um fenómeno multidimensional com causas estruturais então seguramente a pobreza só se erradicará com **apostas firmes no desenvolvimento integral** (individual e colectivo), promovendo o alargamento da cultura e da educação a todos os cidadãos, integrando todos no mercado de trabalho, na medida das suas possibilidades e facilitando a sua adaptação, **transformando todos os cidadãos em agentes de desenvolvimento do país**.

O resultado desta nova cultura é o de construir uma sociedade nova, verdadeiramente justa, baseada num novo contrato social, em que todos se possam sentir verdadeiramente iguais, independentemente das suas diferenças e entendendo essas como complementares. Significa caminharmos para o (re)estabelecimento de uma cultura da reciprocidade. Devemos (re)aprender a ver, (re)aprender a reconhecermo-nos uns aos outros como semelhantes de facto. Se conseguirmos transformar a luta contra a pobreza numa espécie de "arte pública" - com todos, de todos e para todos - em que o bem e o belo, de uma forma comum, sejam a razão dos nossos modelos e escolhas, poderá, então, ser possível falar de inclusão social ou erradicação da pobreza.

Apelos concretos em termos de acção

Para concretizar muitas destas premissas urge que, através de um consenso político alargado, estabelecendo um máximo de denominadores comuns, sejam postas em marcha um conjunto de orientações estratégicas que devem ser incorporadas em diferentes acções prioritárias de uma forma transversal:

Orientações Estratégicas:

1. O reforço da Cidadania e da Participação da Sociedade Civil, tendo em vista a boa governação e uma democracia participada e eficaz. A legitimidade democrática não é apenas resultado de uma expressão eleitoral. **A legitimidade democrática ganha-se todos os dias.** A este nível trata-se de um trabalho que tem como ponto central a questão dos

direitos sociais fundamentais, claramente expressos na lei, mas sem expressão concreta na vida quotidiana dos cidadãos, e sobretudo daqueles que enfrentam situações de maior precariedade e exclusão social. É a garantia do acesso de todos aos bens e recursos disponíveis que importa assegurar.

Para que isto aconteça existem algumas condições que importa garantir sob pena de ficarmos apenas pelos discursos. Assim **continua a ser claramente necessário:**

- **investir ao nível da sensibilização**, da informação com vista a fazer (re)nascer o sentimento de que é possível erradicar a pobreza tendo por base o associativismo e os movimentos de cidadania responsáveis, capazes de liderar processos de intervenção em parceria com todos os actores presentes no território numa base horizontal;
- **apoiar as iniciativas de base local** protagonizadas pelos próprios excluídos, quer sejam iniciativas culturais, desportivas, de carácter económico, ou outras;
- **investir na formação de técnicos e dirigentes** (particularmente de ONGs), com vista a uma maior implicação destes actores na luta contra a pobreza, de acordo com a filosofia do trabalho em Rede;
- investir num **contínuo conhecimento dos fenómenos de pobreza e exclusão social**, sobretudo em relação àqueles que são emergentes e que se encontram sem resposta, por forma a garantir que a intervenção de médio/longo prazo possa estar mais próxima das reais necessidades das populações desfavorecidas;
- **avaliar as medidas de promoção de inclusão** existentes e o seu grau e conseqüente eficácia de articulação e de coerência com as restantes políticas sociais.

2. A subsidiariedade como processo de comando. O respeito pelo princípio da subsidiariedade - tão caro aos políticos em determinadas alturas e tão pouco respeitado noutras... - deve ser a linha condutora de todas as políticas, com particular incidência nas políticas sociais.

É ao nível local que em primeira instância devem ser procuradas, construídas e desenvolvidas as respostas aos diferentes problemas. Independentemente de haver necessidade de uma intervenção de nível intermédio ou central, deve caber sempre ao local a supremacia da intervenção e das respostas.

Para que este princípio possa ser efectivamente posto em prática, importa, para além de respeitar o mesmo sob o ponto de vista teórico, que seja facilitada a criação de estruturas de resposta a este nível, ou seja, o mais próximas dos cidadãos quanto possível. **Mas o princípio da subsidiariedade não se deve limitar às questões das super-estruturas de decisão; importa também respeitar o papel de cada actor individual ou colectivo em todo o processo de intervenção.** Assim, a intervenção local não deve ser entendida como o "reino" das autarquias locais ou de qualquer outra estrutura independentemente da sua legitimidade. É fundamental que também ao nível local se respeite o princípio da subsidiariedade.

Por outro lado, parece relativamente pacífico admitir hoje em dia, que as respostas devem estar - ser pensadas, construídas e implementadas -, o mais próximo dos cidadãos o quanto possível. Assim, deverá ser privilegiada a intervenção de carácter comunitário, de base local e que conte com a participação activa de todos os cidadãos directa ou indirectamente envolvidos.

3. A articulação e interacção das políticas e das respostas: o *Mainstreaming* - aplicado ao campo da luta contra a pobreza - **significa a mobilização de todas as políticas e medidas gerais, sobretudo na fase de planeamento das mesmas, especificamente com o objectivo de combater ou impedir o surgimento de fenómenos de pobreza e de exclusão social.** A serem concretizadas acções de *mainstreaming* o que aconteceria era que nenhuma política sectorial poderia ser posta em marcha sem que previamente fossem conhecidos os seus futuros e previsíveis impactos sobre outras políticas ou sectores.

Por outras palavras, e no caso específico da pobreza e da exclusão social, quereria dizer que nenhuma política (seja fiscal, económica, ambiental, de saúde, etc) poderia ser implementada sem que fosse conhecido o seu impacto na produção, reprodução ou agravamento dos fenómenos de pobreza e exclusão social.

O *mainstreaming* é claramente um processo político. Conhecendo as características dos fenómenos de pobreza e de exclusão social - multidimensionais e inter-sectoriais - a sua não implementação criará constantes dificuldades e impossibilidades no que concerne ao combate e erradicação da pobreza.

Em relação concretamente à pobreza e exclusão social, importa reforçar ainda mais a necessidade e definitiva importância de articulação das políticas e de respeito por este processo. A este nível seria mesmo importante reforçar mecanismos de *poverty proofing*, ou seja, **criar indicadores capazes de medir permanentemente e de forma antecipada as consequências que cada decisão política, aos mais variados níveis, terá sobre os fenómenos de pobreza.** Tal medida, para ser efectiva, deve ter um carácter legal e ser inscrita nos diferentes actos legislativos.

4. Monitorização/Observação participada dos resultados: a avaliação.

Directamente relacionada com o princípio do *mainstreaming*, importa pôr em prática mecanismos de avaliação do impacto das políticas. Para este efeito é decisivo afinar e adaptar indicadores, sobretudo qualificando os mesmos para a área específica da pobreza e da exclusão social. **É urgente repensar e redefinir alguns dos indicadores de pobreza** para que estes sejam capazes de delatar a verdadeira situação vivida pelas pessoas afectadas pelas situações de pobreza e exclusão social. Para este efeito importa consultar os próprios desfavorecidos. **Ouvir as pessoas e ser consequente com o que se ouve é fundamental...**

É fundamental **aprofundar uma cultura de avaliação**, distinguindo esta do simples controlo administrativo-financeiro. É urgente que a avaliação comande a definição e aplicação das políticas, sem medo de conhecer a verdade e os reais impactos de determinada decisão ou processo político. **A avaliação deve ser um processo obrigatório e não estar dependente de boas vontades ou boas oportunidades.**

Entendemos que para este efeito importa consultar e **promover prioritariamente a participação activa das próprias pessoas afectadas por fenómenos de pobreza e exclusão social.** Ouvir as pessoas, constatar a realidade em que vivem e ser consequente com aquilo que se detecta é fundamental. É urgente que **a avaliação comande a definição e aplicação das políticas**, sem medo de conhecer a verdade e os reais impactos de determinada decisão.

5. A escuta e a dinamização da participação activa dos cidadãos que enfrentam situações de pobreza.

Por último, a **escuta e a dinamização da participação activa dos cidadãos que enfrentam situações de pobreza e de exclusão social** na definição, implementação e avaliação das políticas que directamente lhes dizem respeito.

A participação dos próprios desfavorecidos deve ser uma metodologia e não apenas uma intenção pontual ou meramente verbalizada nos discursos e projectos.

Devem ser privilegiadas intervenções que demonstrem a possibilidade concreta de desenvolver acções que, para além de serem protagonizadas por organizações de base em parceria com outros actores e agentes sócio-económicos locais, directamente tenham envolvido os principais interessados na aplicação das políticas sociais, desde o início das acções / projectos. **Trata-se de, no fundo, pôr em prática outro conceito muitas vezes citado mas ainda pouco concretizado: o conceito de *empowerment*.** As intervenções no domínio da pobreza e da exclusão social devem ter em vista, em primeiro lugar, a promoção e dignificação da pessoa humana e a centralidade destas intervenções deve situar-se na possibilidade de atribuir capacidades - poderes - aos próprios afectados pela pobreza de conseguirem encontrar respostas e soluções para a resolução dos seus próprios problemas, seja de uma forma individual ou colectiva.

Referimo-nos no fundo à **possibilidade de cortar com os "círculos viciosos da pobreza" - muitas vezes mais alimentados pelo sistema que prefere manter a "coesão social" do silêncio e da dependência do que pela inércia ou ausência de vontade de mudança dos próprios pobres -, pela possibilidade de atribuir e facilitar a autonomização dos indivíduos e a sua plena integração na sociedade.**

É sobretudo a este nível que tudo ou quase tudo está por fazer e onde radica a grande revolução em termos de intervenção social. Atribuir autonomia às pessoas significará romper com as visões tradicionais e assistencialistas as quais, em última instância, apenas reproduzem os fenómenos.

Finalmente, é ainda nosso profundo desejo que esta campanha eleitoral e os debates públicos que originará ofereçam uma importante oportunidade para reduzir o alheamento e o distanciamento sentido por parte de muitos cidadãos em relação à própria democracia, procurando mobilizar os mesmos para causas que verdadeiramente interessem ao país, demonstrando vontade e empenhamento político de actuar em conformidade.

Esta campanha deverá constituir também um importante desafio para aqueles que se apresentam como candidatos a estas eleições mas também, e talvez mais importante, constitui um desafio fundamental para os responsáveis pelo despontar de debates públicos em relação a estas eleições, em particular os meios de comunicação social.

É fundamental que este importante momento eleitoral marque uma diferença e dê início a uma nova forma de estar, de ser e de agir nas formas de governação, mobilizando os portugueses para uma mais forte consolidação da democracia aos seus mais variados níveis e para uma sociedade mais justa, equilibrada e igualitária e que tenha como principal objectivo o bem-comum e como causa nacional a erradicação da pobreza.

* * *

REAPN
Janeiro de 2005